

A Indústria Escravista na Bahia:  
aspectos do processo industrial no  
oitocentos

*The Slave Industry in Bahia:  
aspects of the industrial process in  
the 19th century*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v11i21.51827>

**Matheus Sinder**

Universidade Federal Fluminense

<https://orcid.org/0000-0002-1671-5217>

matheussnhc@id.uff.br

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a presença industrial na Bahia do século XIX, desconstruindo as perspectivas de que há no oitocentos um atraso industrial no Brasil. Tomamos a província da Bahia como centro da análise, abordando: a quantidade de fábricas existentes; os principais setores fabris em dessas fábricas; as dinâmicas de mercados dessas fábricas e a identificação de uma ausência de incompatibilidade entre indústria e escravidão no período. Para isso, utilizamos as documentações dos Almanacks administrativos e mercantis da Bahia de meados dos anos 1845 até 1863 e analisamos as edições dos relatórios dos presidentes de província, além dos processos de pedido de provisão de fábrica contidos no Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Concluimos que o número de fábricas na Bahia era significativo, que exportava suas mercadorias para outras províncias do Império e também para países estrangeiros, além de estar inserida nas dinâmicas da escravidão

## Palavras-chave

Bahia, Indústria, Exportações

## Abstract

The present work aims to discuss the industrial presence in Bahia in the 19th century. To do this, we aim to deconstruct the perspectives that there was an industrial backwardness in Brazil in the 1800s. Therefore, we took the province of Bahia as the center of the analysis, addressing: the number of existing factories; the main manufacturing sectors in these factories; the market dynamics of these factories and the identification of an absence of incompatibility between industry and slavery in the period. To do this, we used documentation from the administrative and mercantile Almanacks of Bahia from mid-1845 to 1863 and also analyzed the editions of the reports of the provincial presidents, in addition to the factory provision request processes contained in the Court of the Board of Commerce, Agriculture, Factories and Navigation. We concluded that the number of factories in Bahia was significant, that they exported their goods to other provinces of the Empire and also to foreign countries, in addition to being part of the dynamics of slavery..

## Keywords

Bahia, industry, exports

## Introdução

A historiografia econômica, de maneira geral, focou suas atenções para as relações econômicas no Centro-Sul. Em sua visão, se constituíam muito mais dinâmicas do que as relativas ao Norte e Nordeste. A história do Brasil, aliás, foi (e por vezes ainda é) contada a partir da perspectiva do eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais. Fato é que se economistas e historiadores econômicos enxergaram as estruturas econômicas brasileiras pelo viés do atraso, entendendo a região Norte (entende-se como Norte as regiões hoje denominadas Norte e Nordeste) e a Bahia como espaços concentradores dessa desigualdade, a ausência de indústrias, de relações econômicas modernas, o predomínio da agricultura e da vida rural, em contrapartida à transformação de Rio e São Paulo em grandes metrópoles, seriam as principais características dessa consideração. A questão não é negar a desigualdade regional brasileira, historicamente construída a partir de projetos de poderes político e econômico, mas antes compreender que boa parte da dinamicidade da economia daquela região foi apagada por uma visão que privilegiava a história do Centro-Sul.

Diante dessa reflexão, o que pretendemos observar é o lugar da Bahia em relação ao desenvolvimento industrial brasileiro no oitocentos. A identificação da existência de fábricas no período já é amplamente demonstrada na historiografia, embora ainda não existisse uma análise da dimensão quantitativa sobre esses empreendimentos. Mais recentemente, de maneira pioneira, Silvana Andrade desenvolveu pesquisa sobre a Fábrica de Tecidos de Todos os Santos, localizada ao Sul da Bahia<sup>1</sup>. A partir de seu estudo podemos compreender que a referida fábrica não seria a única existente na Província, embora fosse com certeza a maior delas. Por isso, pensamos nossa contribuição em quantificar as fábricas existentes na Bahia como forma também de compreender os seus principais setores e as tendências gerais que permearam a indústria no período. Tudo isso entendendo que o mundo atravessava um grande processo de transformação com a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo (e da própria escravidão) tentando perceber essas fábricas da Bahia em meio a esses processos globais.

Na primeira parte do artigo pretendemos construir um mapeamento quantitativo das fábricas existentes na Bahia entre as décadas de 1840, 1850 e 1860 utilizando de levantamentos realizados a partir dos *Almanaques Mercantis*

---

<sup>1</sup> SANTOS, Silvana Andrade dos. *Tecido pela Escravidão: Tráfico e Indústria na Fábrica têxtil de Todos os Santos (1840-1870)*. São Paulo. HUCITEC. 2023.

daquela Província. Na segunda parte, observaremos os mercados que eram destinadas as mercadorias manufaturadas nas fábricas na Bahia, para além do mercado local. Nossa observação irá se centrar no mercado para outras províncias e na exportação para países estrangeiros. Por último, consideraremos os processos de provisão de fábrica que estão arrolados na documentação do Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, para compreender a relação dos estabelecimentos industriais na Bahia com o trabalho de escravizados.

## A Indústria na Bahia no Oitocentos

Mais recentemente, Matheus Sinder cunhou o conceito de Indústria Escravista para se referir às dinâmicas industriais no Brasil, entre 1808 e 1870<sup>2</sup>. De acordo com ele, esse período seria constituído com a primeira fase da trajetória da História da Indústria no Brasil e se configuraria por ter a esfera da produção, da circulação e do consumo relacionadas sinergicamente com o sistema, as dinâmicas e as demandas da economia escravista. É essa perspectiva que pretendemos aderir no presente trabalho, compreendendo o processo industrial da Bahia como parte no desenvolvimento da Indústria Escravista.

A história da indústria no Brasil deve passar impreterivelmente pela história da indústria na Bahia. Analisando as fábricas têxteis no Brasil, Stanley Stein defende que seria nessa província o principal polo industrial brasileiro antes da década de 1860.<sup>3</sup> Em comparação com outras regiões do Brasil, o número de trabalhos historiográficos sobre as fábricas da região é maior, especialmente no setor têxtil e de fumo. Além do próprio trabalho de Stanley Stein, ressaltam-se as pesquisas de Jean Baptiste Nardi sobre a indústria do fumo brasileira, principalmente a baiana, e mais recentemente a pesquisa de Silvana Andrade dialogando com o surgimento de fábricas e a diversificação dos capitais escravagistas na Bahia<sup>4</sup>. Logo nos primeiros dados quantitativos encontrados sobre a indústria fabril na Bahia é possível identificar sua relevância.

---

2 SINDER, Matheus. O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Niterói. 2023

3 STEIN, Stanley. A Força de Trabalho. In: Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro. Campus. 1979. Pp.35.

4 VER: NARDI, Jean Baptist. A (Des)montagem da Indústria brasileira do fumo (1808-1913) – o caso da Bahia. IV Congresso Brasileiro de História Económica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas, São Paulo (FEA-USP)/2001 e SANTOS, Silvana Andrade dos. Tecido pela Escravidão: Tráfico e Indústria na Fábrica têxtil de Todos os Santos (1840-1870). São Paulo. HUCITEC. 2023

Nos últimos anos podemos observar um crescimento dos estudos sobre a indústria fabril, porém focalizados em estudos de casos, sejam de uma fábrica ou a trajetória empresarial de proprietários dessas fábricas. Nesse caminho a pesquisa de Beatriz Piva Momesso sobre a Fundação de Ponta d' Areia e o estudo de Mario Danielli Neto sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema em Sorocaba são demonstrações tanto da profissionalização dos historiadores, quanto da multiplicação dos micros objetos na História. Outro trabalho e pesquisa igualmente relevante que levava em consideração a indústria fabril oitocentista foi desenvolvido por Alinnie Moreira que investigou a utilização da mão-de-obra de africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela<sup>5</sup>.

Essas pesquisas, dentre outras, foram fundamentais para o campo de estudos sobre a Indústria na primeira metade do XIX e seus múltiplos aspectos e relações econômico-sociais. Dada a importância e qualidade desses trabalhos, a opção pelos estudos de caso abre uma necessidade investigativa: compondo as dinâmicas da economia escravista, esses estabelecimentos não estariam isolados, ou melhor, não seriam os únicos existentes. A partir da Bahia é possível, portanto, compreender a lógica e dinâmica da Indústria Escravista diante dos fenômenos maiores da economia escravista nacional.

Para compreender esse fenômeno de diversificação do capital e de modernização da economia nacional, no qual um de seus desdobramentos foi na indústria, é necessário ter uma maior quantidade de dados sobre as fábricas do período<sup>6</sup>. Sem um censo nacional industrial existente na época, a capacidade de construção de dados quantitativos se torna remota. Porém, encontramos nos Almanques uma possibilidade de quantificar o maior número de fábricas possível. O Almanaque administrativo e mercantil é um periódico que traz com ele listas e informações das mais diversas profissões, ofícios, empresas e cargos públicos etc. Ele é uma fonte importantíssima para historiadores e economistas que estudam o período e contribui tanto para análises prosopográficas quanto levantamentos seriais como os que escolhemos. É relevante lembrar que por não se tratar de um censo e sim informações contidas em um periódico, que segue os dados conforme pedidos e declarados pelos assinantes. Ainda assim, os Almanques se revelam enquanto fontes importantes

---

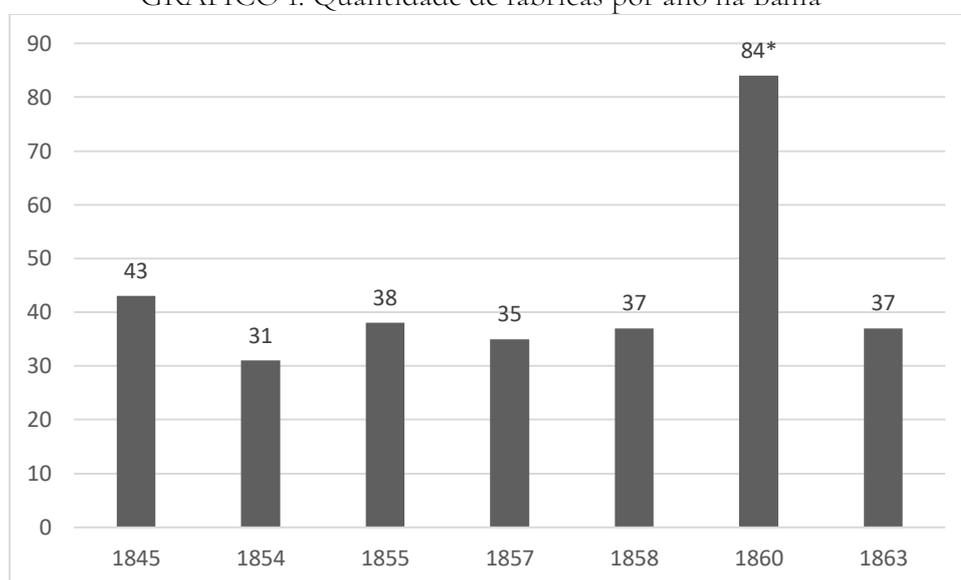
5 VER: MOMESSO, Beatriz Piva. Indústria e Trabalho no século XIX: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d' Areia. Niterói. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História UFF. 2007. MOREIRA, Aline Silvestre. Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na fábrica de pólvora da estrela, serra da estrela/Rio de Janeiro (1831-1870). Campinas. Dissertação de Mestrado. 2005. NETO, Mario Danieli. Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica São João de Ipanema- Sorocaba (SP) – 1765-1895. Campinas. Tese de Doutorado. 2006

6 Para compreender o que estamos entendendo como fábrica e indústria ver: SINDER, Matheus. O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Niterói. 2023.

para os estudos dos mundos dos negócios e atividades econômicas do oitocentos por ser um periódico tanto de propagação sobre a existência dos empreendimentos, quanto legitimador desses negócios.

Pesquisamos os Almanques a partir da base de dados disponíveis na Hemeroteca Digital. Lá verificamos a existência de Almanques para as províncias da Bahia, dentre os quais utilizamos o Almanaque Político, Civil e Comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845 e o Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia com as edições para os anos de 1854, 1855, 1857, 1858, 1860 e 1863.

GRÁFICO 1: Quantidade de fábricas por ano na Bahia

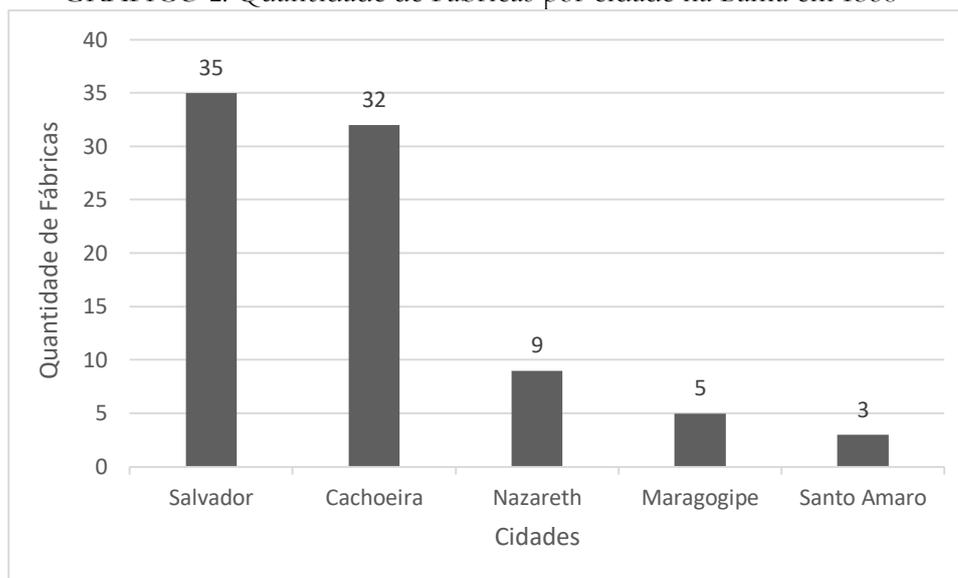


FONTE: ALMANQUE Civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. Edição Fac-similar Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1998 ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860 e 1863 (Elaborado pelo autor)

É certo que havia mais fábricas além das que apareceram nessa documentação. Por exemplo, a Fábrica Têxtil de Todos os Santos não consta nos Almanques para a província da Bahia. Os dados para a província da Bahia, por sua vez, são mais consistentes e apresentam certas tendências: mesmo sendo dois Almanques distintos o número de fábricas jamais foi menor do que 30.

Dessa forma, podemos perceber possíveis momentos de contração ou expansão das atividades fabris na província e na cidade de Salvador. O número ruptivo no ano de 1860 é indicado pela inclusão dos dados no Almanack de mais cidades do recôncavo baiano.

GRÁFICO 2: Quantidade de Fábricas por cidade na Bahia em 1860



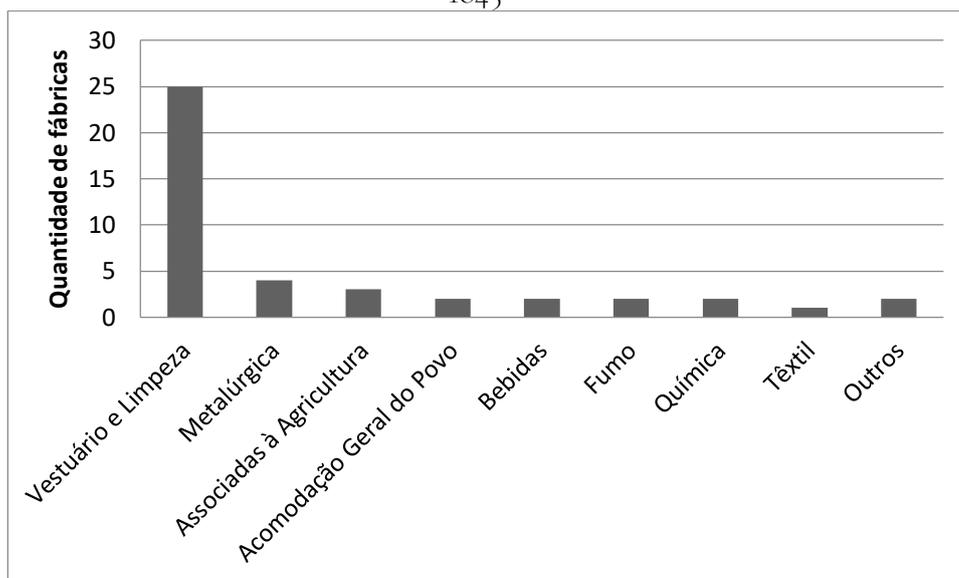
FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1860. (Elaborado pelo autor)

Há uma aparente tendência de queda no total de fábricas encontradas em Salvador para o período. Mas o que precisamos observar é se houve a diminuição no aparecimento de fábricas de algum setor específico da indústria fabril. Para isso, seria necessário construir algum tipo de classificação. Decidimos utilizar as categorias propostas por Matheus Sinder para a compreensão da indústria fabril<sup>7</sup> (SINDER, 2023). São ao todo 14 categorias, definidas por ele a partir de três critérios: finalidade de consumo; transformação da matéria-prima e afinidade de investimentos, operações e trabalho. Formando assim as categorias seguintes: Acomodação Geral do Povo; Alimentos Processados; Associadas a Agricultura; Associadas a Navegação; Bebidas; Fumo; Ferro; Obras, Química, Saúde, Serrarias, Têxtil, Transporte e o setor

7 SINDER, Matheus. O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Niterói. 2023

de vestuário e Limpeza. A partir dessa classificação podemos compreender quais seriam os setores fabris mais dinâmicos da indústria na Bahia.

GRÁFICO 3: Quantidade de Fábricas por setor produtivo na Bahia em 1845



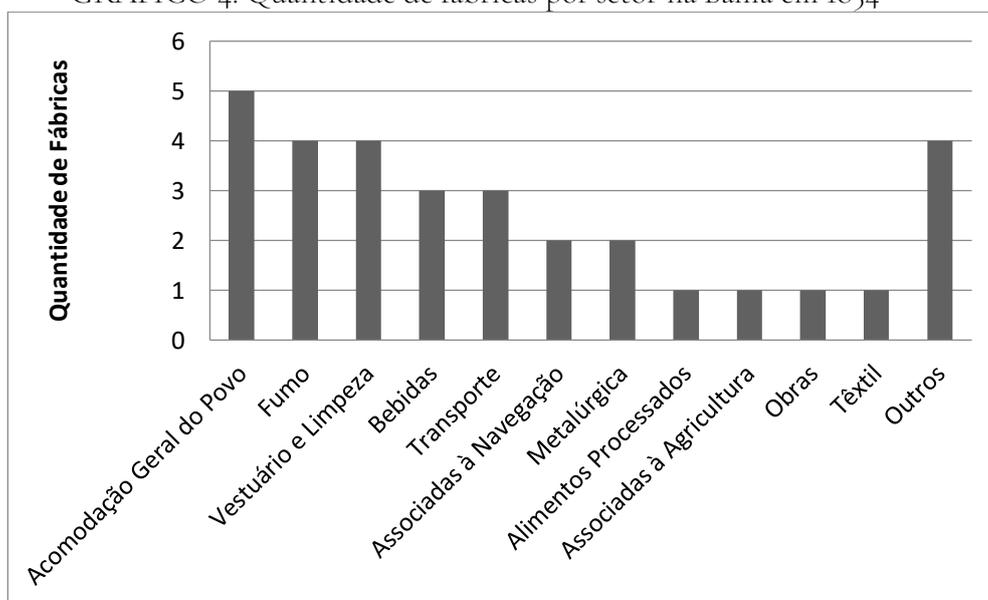
FONTE: ALMANQUE Civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. Edição Fac-similar Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1998. (Elaborado pelo autor)

Chama atenção o predomínio do setor de Vestuário e limpeza, representando 58% das fábricas encontradas em 1845. Observando o caso do Rio de Janeiro, Matheus Sinder, identificou que as fábricas de chapéus, velas e sabão seriam aquelas que mais investiram em novas máquinas a vapor, que contavam com grande número de escravizados e que exportavam suas mercadorias e tinham relações com o tráfico ilegal de escravizados. Esses indícios para o Rio de Janeiro indicam o motivo da proeminência desse setor também em Salvador nesse período. Especialmente, porque como veremos no Gráfico 4 há uma queda no número de fábricas do setor de Vestuário e Limpeza, no primeiro ano de que dispomos de dados de almanaques após 1845.

<sup>8</sup> SINDER, Matheus. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas do Rio de Janeiro (1808-1850). Varginha. ABPHE. XIV Congresso Nacional de História Econômica e XV Conferência Internacional de História de Empresas. 2021

Além disso, o setor de Vestuário e Limpeza em todo território nacional era o que detinha maior proteção estatal por isenções alfandegárias. No relatório do Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, apresentado pelo então ministro Joaquim José Rodrigues Torres e referente ao ano de 1850, podemos observar como essas fábricas receberam mais isenções do que outros setores.<sup>9</sup> Das duas fábricas de Pernambuco que receberam isenção, uma delas era de sabão. Das três que receberam isenção na Bahia, uma também era de sabão. Já no Maranhão e no Pará apenas uma fábrica em cada província recebeu o direito à isenção alfandegária, sendo uma fábrica de velas e uma fábrica de sabão, respectivamente.

GRÁFICO 4: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1854



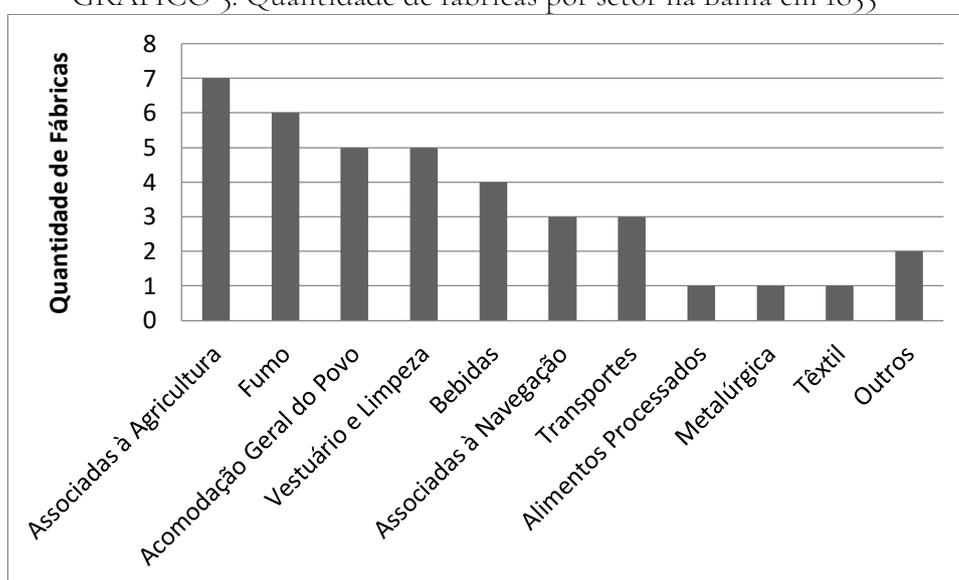
FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854. (Elaborado pelo autor)

A diminuição de 25 fábricas do setor de Vestuário e Limpeza em 1845 para apenas quatro fábricas no ano de 1854, pode ter alguns motivos: o primeiro é que por se tratarem de almanaques diferentes isso pode ter influenciado na exposição, coleta e reconhecimento de informações, ou seja, parte dessas fábricas podem ter continuado existindo, porém sem terem sido listadas no

<sup>9</sup>BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim José Rodrigues Torres. Proposta e Relatório do ano de 1850 apresentados a assembléia geral legislativa da terceira sessão e oitava legislatura. 1850. P. 84-87.

almanaque de 1854. Observando os números do setor, essa queda nos dados relativos de um Almanaque para o outro foi puxada pela diminuição na quantidade de fábricas de chapéus. Enquanto em 1845 elas somavam 21 fábricas de chapéus das 25 localizadas para aquele ano, em 1854 das quatro fábricas de Vestuário e Limpeza, nenhuma era de chapéus. Porém, isso não significa que as fábricas de chapéus foram todas fechadas ou faliram, conforme vamos observar mais à frente nas TABELAS 1, 2, 3 e 4, a Bahia exportava chapéus na década de 1850. Além disso, nas edições subsequentes do Almanack, fábricas de chapéus voltam a aparecer.

GRÁFICO 5: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1855



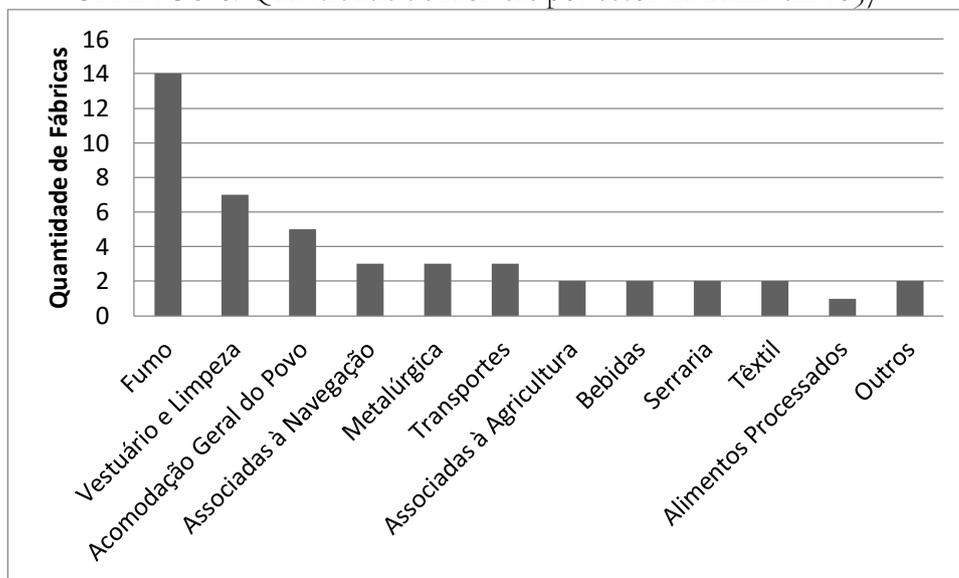
FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1855. (Elaborado pelo autor)

Os dados do Almanack de 1855 começam a ter mais informações do que do ano anterior. Uma tendência que vai se seguindo nos anos subsequentes. Como vimos no GRÁFICO 5, o crescimento do número de fábricas Associadas à Agricultura se deve a inclusão das refinarias de açúcar na lista de fábricas existentes. Ao todo foram incluídas seis refinarias de açúcar na cidade de Salvador naquele ano.

Mudanças significativas também ocorrem nos dados em relação ao ano de 1857, conforme consta no GRÁFICO 6. Neste ano, o Almanack reportou apenas as fábricas existentes na cidade de Salvador, e vimos um acréscimo na quantidade de estabelecimentos ligados a fabricação de charutos e rapé. A partir desse ano, o setor de Fumo não irá se retrair nos dados do Almanack,

demonstrando que não se tratava apenas de uma limitação da fonte que estamos utilizando.

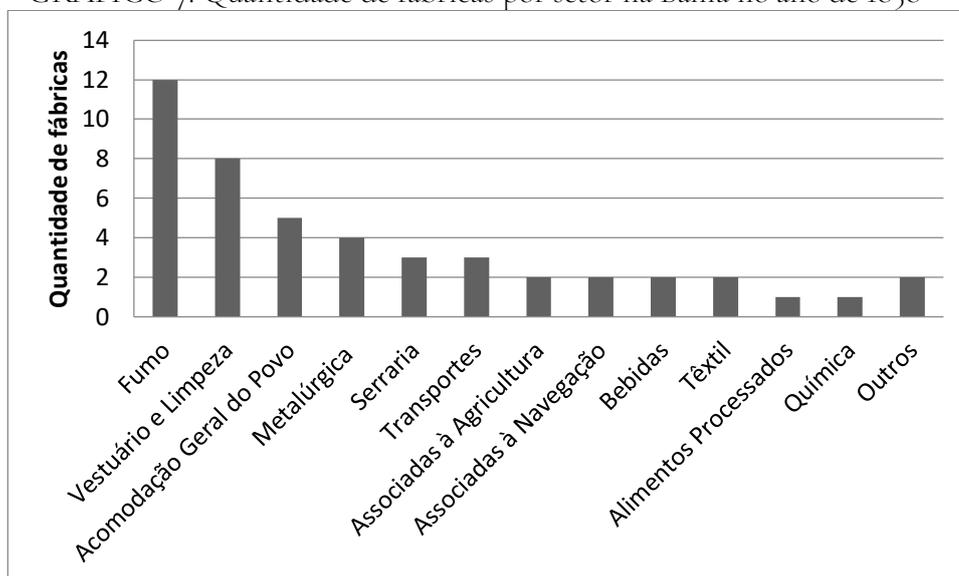
GRÁFICO 6: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1857



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1857. (Elaborado pelo autor)

Para o ano de 1858 os dados não sofrem muitas alterações. O que nos chama atenção é que anualmente começam a crescer o número de fábricas do setor de Vestuário e Limpeza: em 1854 eram apenas quatro estabelecimentos desse ramo, em 1855 passaram para cinco, já em 1857 esse número chegou a sete fábricas do setor. Em 1858 há o acréscimo de uma fábrica, um total de oito. Outro ponto importante é que as fábricas de Acomodação Geral do Povo, apresentam um anúncio constante de aproximadamente cinco estabelecimentos listados todos os anos.

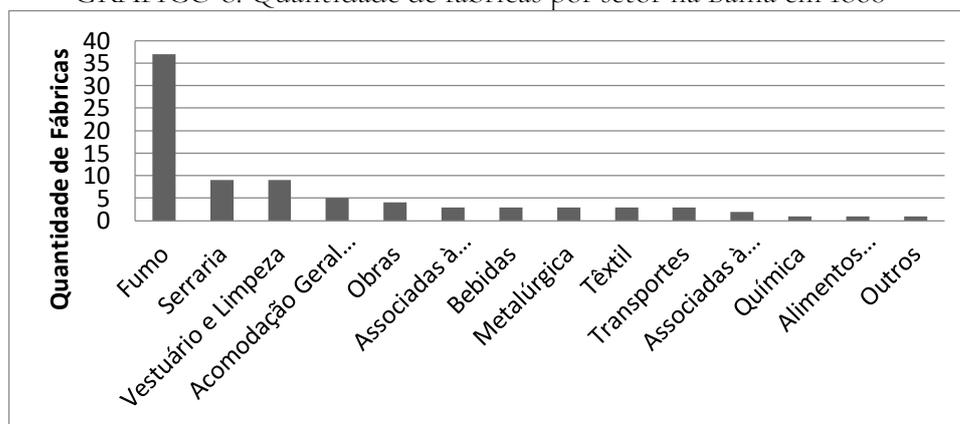
GRÁFICO 7: Quantidade de fábricas por setor na Bahia no ano de 1858



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1858. (Elaborado pelo autor)

No ano de 1860 é sem dúvidas o ano mais rico em informações disponível no Almanack administrativo, mercantil e industrial da Bahia. Nesse ano, a edição dá mais atenção aos dados sobre o interior da Província. Especialmente nas localidades de Maragogipe, Cachoeira, Santo Amaro e Nazareth, foi possível encontrar uma expressiva quantidade de fábricas, particularmente no setor de Fumo. Ao todo foram identificadas 35 fábricas de charutos responsáveis por representar 72% de todos os empreendimentos fabris localizados no interior da província.

GRÁFICO 8: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1860



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1860. (Elaborado pelo autor)

Observando esses dados, podemos nos questionar quantas fábricas em cada ano seriam novas fábricas ou a mesma do ano anterior. Para solucionar isso, conferimos os nomes dos proprietários de fábricas dos anos 1845, 1854 e 1860. Assim conseguimos saber quais fábricas continuaram em funcionamento durante o período do nosso recorte. Entre o ano de 1845 e 1860 apenas três fábricas permaneceram constando nos levantamentos: a fábrica de sabão da firma “Lima e Irmãos e Companhia”; a “Companhia Meuron” e a sua fábrica de rapé e a fábrica de sabão de Wencesláu Miguel de Almeida. Por serem almanaques diferentes, pode ser que isso tenha manchado o resultado, mas não deve se deixar de considerar as mudanças conjunturais da passagem da década de 1840 para 1850, principalmente o fim do tráfico de escravizados. O período da ilegalidade do tráfico transatlântico de africanos produziu a diversificação de capitais capaz de “dinamizar economias regionais” e outros setores produtivos. É o caso da Fábrica Todos os Santos no Sul da província da Bahia, erguida a partir da associação de capitais escravagistas da ilegalidade, ou como demonstrou Matheus Sinder, no crescimento manufatureiro no período da ilegalidade no Rio de Janeiro e a participação das mercadorias produzidas nas fábricas do Rio de Janeiro com o tráfico ilegal<sup>10</sup>. Por isso, a hipótese de que o fim do tráfico tenha influenciado na sequência de determinados empreendimentos fabris na Bahia não pode ser desprezada. Ainda assim, se tomarmos como ponto de comparação a primeira edição do Almanack Administrativo, Industrial e Mercantil para a Bahia de 1854, podemos perceber uma continuidade maior no número de fábricas encontradas no primeiro ano (1854) e no ano de, 1860.

QUADRO 1: Fábricas com os mesmos proprietários da Bahia em 1854 que permaneceram em 1860

Proprietário	Fábrica
Antonio Carlos Gercent	Fábrica de Carros
Antonio Pereira de Carvalho Oliveira	Fábrica de Vinagre
Augusto Coutivile	Fábrica de Carros
Cameron Smith	Fundição
Carlos Tappe	Fábrica de Pianos
Francisco Sette	Fábrica de Azeite de Mamona

10 Ver: SANTOS, Silvana Andrade dos. Nestas Costas Tão Largas: O Tráfico Transatlântico de Escravizados e a dinamização de economias regionais no Brasil (1831-1850). Revista de História. São Paulo. n.177. 2018. SINDER, Matheus. O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Niterói. 2023

Francisco Xavier da Rocha Pita	Fábrica de Agulhas Náuticas
Joaquim Antonio Soares	Fábrica de Licor
José Antonio Martins	Fábrica de Velas
José Francisco do Nascimento	Fábrica de Chocolates
José Salvi	Fábrica de Pianos
Lima e Irmãos e Cia	Fábrica de Sabão
Meuron e Cia	Fábrica de Rapé
Paulino Theodoro Verge	Fábrica de Cadeiras
Paulo Pereira Monteiro	Fábrica de Tecidos
R. Ariani	Fábrica de Carros
Raymundo José Verge	Fábrica de Cadeiras
Rogério da Costa Ferreira	Fábrica de Anzóis

FONTES: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854 e 1860. (Elaborada pelo autor).

Podemos observar que os setores de Transportes e de Acomodação Geral do Povo foram os que mais permaneceram com fábricas no início e no final do ciclo. Também é importante destacar que pelo menos uma fábrica de cada setor, excetuando as serrarias, continuaram de 1854 para 1860. Infelizmente, para a década seguinte, encontramos edições de almanaques para Bahia apenas até o ano de 1863. Impossibilitando uma análise quantitativa maior por esse período. Ainda assim, os almanaques nos permitem quantificar o total de fábricas, seus setores produtivos, proprietários, configuração e distribuição espacial e as mudanças dessas no tempo.

## A exportação de mercadorias manufaturadas nas fábricas da Bahia

Quando confrontados esses dados quantitativos com a perspectiva dos relatórios de presidentes de província, esses números ganham sentido, principalmente a tendência das fábricas de Fumo de serem as mais relevantes em quantidade, como vimos. De acordo com Herculano Ferreira Penna, presidente da Província da Bahia, em seu relatório para o ano de 1860, o setor de produção de charutos encontrava-se em excelente estágio na Província:

felizmente esta indústria caminha cada dia mais animada, e a exportação continua a ser considerável, tendo chegado no último ano financeiro a quantidade de 45.987.092 charutos no

valor de 553:941\$606, e no primeiro trimestre de 1859 a 1860 à 26.461: 513 no valor de 335:327\$060.<sup>11</sup>

As fábricas baianas de charutos foram responsáveis por exportar quase 46 milhões de unidades de charutos em um único ano. Esse dado é interessante porque revela que a produção da indústria fabril não se limitava a atender apenas as demandas do mercado interno. Sendo as fábricas do setor de Fumo estabelecimentos relacionados também a exportação, justifica a classificação de “animada” para esse setor dada por Herculano. A partir daí algumas questões surgem: seria somente o setor de Fumo o que exportava suas mercadorias? Para quais locais as fábricas baianas estavam exportando suas mercadorias manufaturadas?

Nos dados abaixo, fica nítido a relevância do setor de Fumo para a indústria fabril na Bahia, por ser o que mais movimentou capitais na sua exportação seja para países estrangeiros, ou para outras Províncias do Império. Apesar desse destaque do setor de Fumo, é muito relevante mapear essas exportações para o mercado internacional e venda para o mercado interno. Os indícios contidos nos relatórios de presidente de Província permitem observar que o mercado interno era mais frutífero para o consumo das mercadorias da indústria fabril: além de uma variedade maior de produtos sendo destinada ao mercado interno, havia também uma maior quantidade no comércio interno das mercadorias similares destinadas ao mercado externo. Alguns produtos se destacam para além dos charutos, como os panos e fios de algodão, o sabão e os chapéus.

Destacar que as fábricas baianas tinham parte de suas mercadorias manufaturadas destinadas para o mercado externo revela a dinamicidade e competitividade desse setor no cenário internacional. Ainda assim, se comparada as “exportações para as demais províncias do Império” com as “exportações para os países estrangeiros”, vamos observar que o mercado interno dessas mercadorias consumia quase toda produção dos manufaturados baianos.

---

<sup>11</sup>PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860. p.65.

TABELA 2: Manufaturados da Bahia exportados para países estrangeiros (1854-1857)

Produto	Unidade	1854-1855		1855-1856		1856-1857		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Calçado	Pares	-----	-----	-----	-----	200	300\$	300\$
Charuto	Unidade	783,730	8:022\$	834,023	12:405\$	1;776,240	30:116\$	50:543\$
Estopa em Fio	Arrobas	2,347	3:890\$	1,063	1:703\$	298	476\$	6:069\$
Licores	Medida	-----	-----	-----	-----	39	88\$	88\$
Mobília	Alqueires	----	382\$	----	-----	-----	-----	382\$
Rapé	Arrobas	14	476\$	114	2:828\$	94	2:618\$	5:922\$
Vassouras	Dúzias	14	13\$	38	71\$	-----	-----	84\$
Total			12:783\$		17:007\$		33:598\$	63:388\$

FONTE: PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia 1857.

TABELA 3: Manufaturados da Bahia exportados para países estrangeiros (1857-1860)

Produto	Unidade	1857-1858		1858-1859		1859-1860*		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Amarras e Cabos	Peças	----	----	81	313\$	-----	-----	313\$
Calçado	Pares	73	241\$	100	272\$	-----	-----	513\$
Chapéus	Unidade	26	104\$	-----	-----	-----	-----	104\$
Charutos	Unidade	1.461.425	26:200\$	1.776.825	33:710\$	896.360	13:600\$	73:510\$
Chocolate	Arrobas	25	8\$	-----	-----	-----	-----	8\$
Estopa em Fios	Arrobas	513	827\$	130	357\$	133	489\$	1:673\$
Louças	Medida	-----	26\$	-----	94\$	-----	19\$	139\$
Mobília	Alqueire	-----	303\$	-----	2;113\$	-----	104\$	2:525\$
Rapé	Arrobas	20	663\$	52	1:679\$	33	1:131\$	3:473\$
Tamancos	Pares	117	124\$	733	336\$	752	301\$	761\$
Velas	Arrobas	4	33\$	42	632\$	2	30\$	695\$
Total			28:529\$		39:506\$		15:674\$	83:709\$

FONTE: PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia 1860.

TABELA 4: Manufaturados da Bahia exportados para as demais províncias do Império

Produto	Unidade	1854-1855		1855-1856		1856-1857		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Fios de Algodão	Arrobas	1.270	19:417\$	1.733	24:937\$	1.901	29:204\$	73:558\$
Amarras e Cabos	Peças	14.255	391\$	511	1:104\$	-----	-----	1:495\$
Calçado	Pares	1.303	1:681\$	-----	-----	24	28\$	1:709\$
Cerveja	Medidas	322	300\$	-----	-----	-----	-----	300\$
Chapéus	Unidade	8.608	8:001\$	3.952	4:223\$	6.890	6:143\$	18:367\$
Charutos	Unidade	27.708. 345	221:930\$	30.251.350	352:656\$	43.061.100	516:733\$	1.091:328\$
Chocolate	Arrobas	5	26\$	-----	-----	-----	-----	26\$
Estopa	Arrobas	4.088	6:350\$	3.724	5:638\$	1.894	3:021\$	15:009\$
Cordas	Peças	-----	-----	305	339\$	630	866\$	1:205\$
Graxa	Arrobas	-----	-----	-----	-----	12	72\$	72\$
Licores	Medida	309	319\$	316	492\$	2,325	1:336\$	2:147\$
Louças	Medida	-----	5:423\$	-----	3:611\$	-----	4:779\$	13:813\$
Pano de Algodão	Vara	334.349	79:881\$	199.688	47:925\$	81.149	19:473\$	147:279\$
Rapé	Arrobas	322	15:003\$	313	14:098\$	337	11.005\$	40:106\$
Sabão	Arrobas	13.889	53:314\$	10.738	37:800\$	10.940	38:883	129:997\$
Sal	Alqueire	4.448	2:224\$	2.000	1:000\$	1.000	500\$	3:724\$
Tamanco	Pares	31.663	7.613\$	30.174	7.897\$	36.693	10.021\$	25.531\$
Tijolo	Quantidade	61.000	732\$	89.000	1:204\$	69.700	696\$	2:632\$
Vassoura	Dúzias	95	66\$	-----	-----	214	191\$	257\$
Velas	Arrobas	359	3:973\$	399	6:822\$	866	9:960\$	20:755\$
Total			426:644\$		509:755\$		652:911\$	1.589:310\$

FONTE: PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província João Luis Vieira Cansansão de Sinumbu. 1857.

TABELA 5: Manufaturados da Bahia exportados para as demais províncias do Império

Produto	Unid.	1857-1858		1858-1859		1859-1860*		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Fios de Algodão	Arroba	2.193	36:000\$	1.716	34:782\$	920	18.885\$	89:671\$
Amarras e Cabos	Peças	30	120\$	-----	-----	-----	-----	120\$
Cal	Mios	6	32\$	-----	-----	-----	-----	32\$
Calçado	Pares	200	46\$	48	96\$	44	321\$	463\$
Chapéus	Unidade	22.296	28:335\$	12.045	14:901\$	14.691	21:136\$	64:372\$
Charutos	Unidade	43.205.175	518:462\$	45.987.092	333:941\$	26.461.315	333:327\$	1.185:730\$
Chocolate	Arroba	-----	-----	-----	-----	3	38\$	38\$
Estopa	Arroba	2.492	4:896\$	2.637	7:970\$	1.347	4:444\$	17:310\$
Cordas	Peças	-----	-----	-----	-----	249	64\$	64\$
Licores	Medida	1.556	2:177\$	1.272	1:326\$	799	940\$	4:443\$
Louças	Medida	-----	5:357\$	-----	4:374\$	-----	3.077\$	12:808\$
Pano de Algodão	Vara	328.599	78:863\$	133.408	32:301\$	434.330	92:772\$	203:936\$
Rapé	Arroba	438	14:626\$	484	15:559\$	240	7:839\$	38:024\$
Sabão	Arroba	18.942	54:333\$	16.007	54:431\$	13.440	49:429	158:393\$
Sal	Alqueire	1.200	600\$	3.000	1:500\$	1.200	600\$	2:700\$
Tamanco	Pares	40.019	13:246\$	46.749	12:619\$	14.916	4:399\$	30:264\$
Tijolo	Medida	138.000	2:489\$	275.000	3:422\$	37.000	766\$	6:677\$
Vassoura	Dúzias	270	290\$	74	818\$	93	111\$	1:219\$
Velas	Arroba	1.263	13:733\$	1.248	13:744\$	818	9:433\$	36:910\$
Total			773:221\$		477:143\$		547:581\$	1.797:945\$

FONTE: PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860.

Assim, se comparados os dois movimentos, exportação de manufaturados na Bahia para os mercados externos em relação a produção voltada para o mercado interno, é possível identificar a predominância dos valores voltados para o mercado interno. Nos dois triênios a proporção é a mesma: 4% dos valores totais de mercadorias manufaturadas na Bahia eram exportadas para o mercado estrangeiro, enquanto 96% eram exportados para as outras províncias do Império.

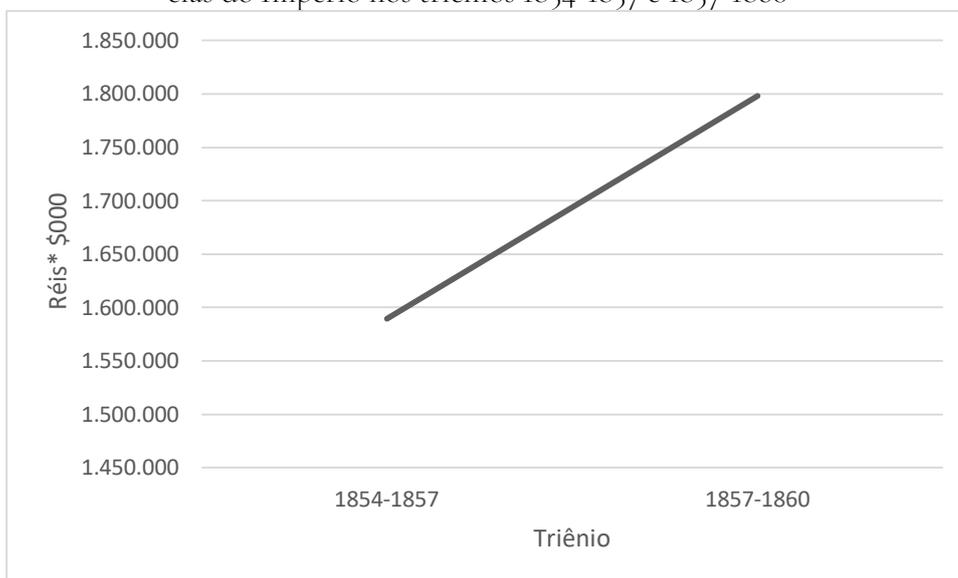
A tendência geral apresentada na década de 1850 é de crescimento geral no valor das exportações dos produtos manufaturados na Bahia. Seja para o mercado externo quanto para o mercado interno. Fica nítido através dos gráficos 09 e 10 que a tendência é de alta, porém uma alta maior da exportação para o mercado interno. Quando observamos isso de maneira comparativa, fica nítido que mesmo com o crescimento a exportação das mercadorias manufaturadas para o estrangeiro não ultrapassou a marca de aproximadamente 4% do total do valor das exportações.

GRÁFICO 09: Exportação de manufaturados da Bahia para países estrangeiros nos triênios 1854-1857 e 1857-1860



FONTE: PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província João Luis Vieira Cansansão de Sinumbu. 1857. \*Os valores completos em réis devem ser lidos acrescentando números da seguinte maneira: 90.000\$000; 80.000\$000 etc.

GRÁFICO 10: Exportação de manufaturados da Bahia para outras províncias do Império nos triênios 1854-1857 e 1857-1860



FONTE: PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860 \*Os valores completos em réis devem ser lidos acrescentando números da seguinte maneira: 1.850.000\$000; 1.800.000\$000 etc.

Essa dinâmica entre os mercados internos (províncias), externos (países estrangeiros) e local (província da Bahia) nos mostra que o processo de integração dos mercados no Brasil não ocorreu apenas via commodities externas ou integração de um mercado nacional. A formação de um mercado nacional integrado, como vê Polanyi, aqui ocorre via região. Ou seja, não é a integração do mercado nacional, mas a integração de mercados regionais o que se apresenta. Observar as mercadorias manufaturas permite transparecer esse processo. Considerando que para Polanyi antes da grande transformação havia dois mercados, o mercado local e o mercado de longa distância, será a integração desses dois mercados o que forma o mercado nacional e permite com que terra, trabalho e dinheiro se transformem em mercadoria<sup>12</sup>. O que estamos assistindo, uma via próxima e diferente da abordada por Polanyi, é a integração do mercado local com o mercado de longa distância em escala regional. Uma economia escravista mercantil regional integrada.

<sup>12</sup> POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Campus. 2000

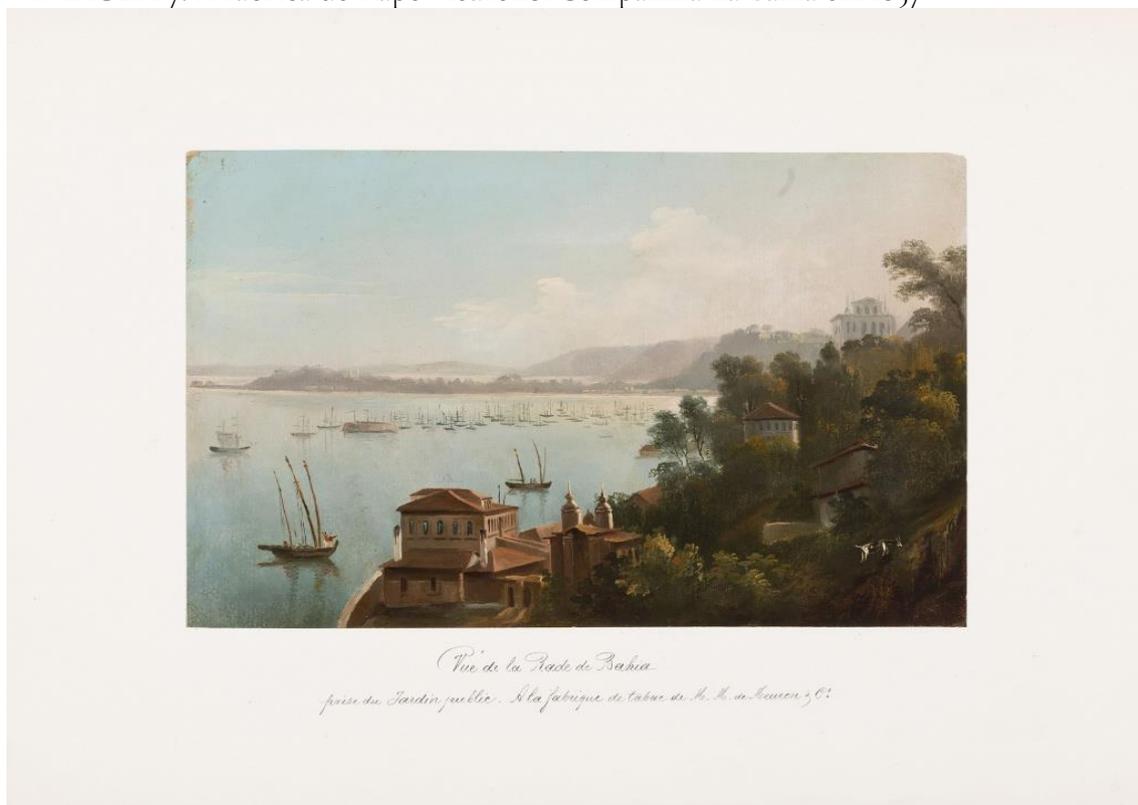
## Indústria e Escravidão na Bahia em questão

Tendo visto o campo do mercado consumidor dos produtos dessas fábricas, podemos também observar a esfera da produção dessas mercadorias. Dentre as fábricas de Fumo, a Meuron & Companhia destacava-se. Responsável por produzir um famoso rapé no século XIX, Arêa Preta, produziu no ano de 1857 um valor de 150, 000 libras esterlina. O rapé, segundo Nardi, é um aperfeiçoamento do tabaco em pó e até meados do século XIX era a forma de fumo mais popular no país, sendo substituído ao final do século pelo charuto. Segundo ele, dentro todo o setor de Fumo (rapé, charutos e cigarros) o rapé seria o que utilizaria uma maior estrutura industrial devido à complexidade de seus processos de produção como umidificação, secagem, fermentação, aquecimento e necessidade de contar com máquinas de cortar, fornos e por vezes máquinas a vapor. A indústria Meuron & Companhia é, portanto, um bom exemplo do que era uma fábrica “montada em grande porte” para o período analisado. Na pintura abaixo, localizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo, é possível identificar o bom estabelecimento dessa fábrica e também sua localização estratégica para exportação de sua mercadoria, por encontrar-se de frente ao mar. Esse estabelecimento montado em ponto grande empregava um total de 27 trabalhadores, em sua maioria de escravizados. Desse total quatro eram nacionais, três eram estrangeiros e vinte escravizados. Contava também com duas grandes máquinas a vapor.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860. p.65

IMAGEM 7: A fábrica de Rapé Meuron & Companhia na Bahia em 1837



Fonte: Pintura “Vue de la Baie de Bahia prise du Jardin Public. A la fabrique de tabac de M.M. de Meuron e cie.” 1837. Localizada na Pinacoteca de São Paulo. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23424/a-fabrica-de-rape-que-fez-historia-na-bahia-e-no-rio-de-janeiro>.

Outro caso é a fábrica de sabão da firma Lima & Irmão era outro empreendimento fabril que empregava majoritariamente o trabalho de escravizados na sua fábrica, a composição era de vinte e seis escravizados para apenas dois livres. O mesmo fenômeno acontecia na fábrica de chapéus da empresa Ferreira Pinto & Companhia, dos 54 trabalhadores 36 eram escravizados, 14 brasileiros e 4 trabalhadores estrangeiros.<sup>14</sup> Os dois maiores setores produtivos da Bahia, Fumo e Vestuário e Limpeza, dessa maneira não eram incompatíveis com a escravidão. Tanto no emprego massivo de trabalhadores escravizados em três das maiores fábricas do período, quanto na produção de mercadorias manufaturadas que tinham competitividade em diferentes mercados.

---

<sup>14</sup>PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860. p.65

O emprego de escravizados nas fábricas da Bahia não era um fenômeno restrito aos setores predominantes da indústria fabril. Podemos compreender isso pelo acesso à documentação do Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Em relação ao setor fabril a Junta de Comércio foi bastante atuante, sendo responsável pela fiscalização e administração das fábricas do Estado, tendo também capacidade de intervenção na importação de produtos e suas tarifas alfandegárias e na emissão de pareceres especializados como também na seleção de fábricas que deveriam ser privilegiadas com os favores régios.<sup>15</sup> Entre a documentação da Coleção da Junta de Comércio no Arquivo Nacional encontram-se os processos de pedido de provisão. Receber uma provisão significava receber um “privilégio” que poderia variar desde a isenção das tarifas de importação, a concessão de exclusividade por 14 anos para fabricação de determinado produto (privilégio em si), a liberação de prêmios através de loterias ou inúmeros outros favores que fossem atendidos pela Junta de Comércio, como por exemplo, encaminhamento de mestres manufatureiros ou aprendizes para sua fábrica.

De acordo com Matheus Sinder, a Bahia foi responsável por receber mais da metade das provisões concedidas pelo Tribunal da Junta do Comércio, para além da província do Rio de Janeiro e para o Município da Corte, ao todo nove provisões<sup>16</sup>. Observando os processos de pedido de provisão que envolveram os estabelecimentos fabris na Bahia foi possível identificar indícios da relação entre Indústria e Escravidão.

Dois anos após o alvará de liberação de manufaturas no Brasil, Antonio Vieira da Costa, negociante da praça de comércio da Bahia, funda uma fábrica de cordoaria para navios com o apoio régio. No ano seguinte inicia seu processo de pedido de provisão na Junta de Comércio, seu principal argumento é de que seria um inventor ao utilizar plantas indígenas para produzir as melhores mercadorias de seu ramo.<sup>17</sup>

Alegando que os preços cômodos dos produtos da marinha Real e da marinha mercante dependiam do bom andamento do estabelecimento de Vieira da Costa, reafirma a “notória utilidade pública” da fábrica do suplicante, a

---

15 Sobre as funções e atribuições da Junta de Comércio, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. *Visão e Revisão: Pensamento e Práticas (1808-1860)*. In: *Raízes da Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992. LOPES, Walter Mattos. “A Real Junta de Comércio Agricultura, Fábricas e Navegações, deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos”: Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI 91808-1821). Niterói. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. 2009.

16 SINDER, Matheus. *O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Niterói. 2023

17 ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

Junta de Comércio recomenda que se passe provisão para o fabricante, alegando também se tratar de um “gênio industrial”. A Junta de Comércio então passa valores das loterias como forma de provisão em auxílio financeiro. O que nos chama atenção é o documento anexo ao pedido de provisão, enviado pelo suplicante para a Junta de Comércio provando que seu estabelecimento estava montado em condições necessárias para receber a provisão, para isso, lista os nomes de seus funcionários. Ao todo eram vinte e quatro trabalhadores livres e quarenta e dois escravizados e dois mestres manufactureiros, sendo:

**Mestre:** Sebastião José

**Contra-Mestre:** José da Silva Santos

**Oficiais Livres:** José Pires Viana, Manoel José Pereira, Joaquim José da Silva, José Joaquim, Joaquim, João José, Antonio José da Silva, João José Calçado, Salvador José, Sebastião Roiz, Mathias Coelho, Simão Caldeira, João da Cruz, José Antonio, Francisco Roiz, Manoel do Nascimento, Antonio da Luz, Lourenço Antonio, Estevão dos Passos.

**Aprendizes Livres:** José da Silva, José da Costa Coimbra, João do Couto, Joaquim Alves Teixeira, José Antonio

**Escravos Oficiais:** João, José, Pedro, Manoel, Joaquim, Lucas, Domingos, Cristóvão, Antonio

**Escravos serventes:** Matheus, Estevão, Salvador, Sebastião, Lourenço, Francisco, Mathias, Matheus, Roberto, Antonio, João, Manoel, Antonio, Manoel, João, Joaquim, Francisco, José, Joaquim, Manoel, João.

**Escravos Serventes jornaleiros:** Izidro, Silbério, Tobias, Dimas, Antonio, Domingos

Além desses listados, havia na fábrica outros seis escravizados trabalhando, porém eram alugados e seus nomes não foram listados.<sup>18</sup> O que fica nítido é que seja em fábricas de fumo, sabão, chapéus, cordoarias ou outras, independente se fosse no início do século ou em meados do oitocentos, a escravidão desempenhava papel fundamental no interior das fábricas. Possuir escravizados era uma possibilidade de argumento para conseguir a provisão de fábrica na Junta de Comércio, argumento utilizado para conseguir alcançar benefícios do Estado.

É o que faz Nicolas Marques, mestre caldeireiro, branco, e proprietário de uma fundição na cidade de Salvador, que envia em 1815 um pedido de provisão de fábrica para a Junta de Comércio solicitando que sua fábrica recebesse o privilégio exclusivo de dez anos, garantindo que seria a única fábrica do

---

<sup>18</sup>ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

ramo a funcionar na cidade de Salvador e sem pagar tributos nas importações de matéria-prima pelos mesmos dez anos. O Tribunal da Junta de Comércio recusa o pedido de Nicolas, que recorre da decisão e se apropria de três argumentos para defender o seu direito de ter deferida sua provisão: primeiro, sua fábrica seria responsável por fornecer o Estado com peças de artilharia, além de fabricar para agentes privados engenhos, chapas de ferro e caldeiras de fundir. O segundo argumento é que teria investido seus capitais para trazer hábeis artífices do estrangeiro. E por último, argumenta que sua fábrica está pronta, com tudo que for necessário para o funcionamento: escravizados.<sup>19</sup>

O escravizado, portanto, não era um empecilho ao desenvolvimento fabril. Pelo contrário, fabricantes buscavam instâncias estatais em busca de capitais para obter mais escravizados para suas fábricas. Escravizados eram em grande parte dos casos a força de trabalho majoritária em empreendimentos industriais e muitas vezes apresentados como sinônimo de que uma determinada fábrica estaria bem equipada.

Sendo assim, a Bahia é importante janela para observarmos os movimentos entre a economia escravista e a indústria em meio a um processo de modernização econômica. Essas transformações e os fluxos de tentativas de instalação de empreendimentos fabris no Brasil e da Bahia levaram a confecção de um documento que consideramos importantíssimo para compreendermos as modernizações dessa sociedade escravista no século XIX e da indústria fabril na Bahia e no Brasil. Trata-se da reflexão do presidente da Província da Bahia, logo após o fim das guerras de independência, sobre o “derramamento de capitais estrangeiros” no setor de transformação de matérias-primas.

Em 1826, uma Companhia de Mineração Britânica envia um pedido de provisão para o Tribunal da Junta de Comércio suplicando um privilégio exclusivo de exploração de ferro e carvão durante quatorze anos em qualquer uma das seguintes Províncias: São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Segundo os sócios da Companhia<sup>20</sup>, no Brasil não haveria capitais e nem ciência para que tal empreendimento fosse estabelecido, por isso o investimento dos capitais da firma deles seria tão necessário para o desenvolvimento da indústria no Brasil. Dessa forma, pedem que em alguma daquelas três Províncias, eles tivessem o direito de serem os únicos, por quatorze anos, na atividade mineradora do ferro e do carvão.

---

19ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 2

20Os sócios da companhia são os seguintes: Frederick Deslile, Samuel Eustace Magan, Frederick Fox, Francis Fox, Henry Habberly Price, Francis Le Breton e Benjamim Rotch.

Aparentemente, a Junta de Comércio anexou cópias desse pedido e consultou as referidas Províncias. Porém, só contamos com a rica resposta do presidente da Província da Bahia, João Severiano Maciel da Costa, o então Visconde com grandeza de Queluz e futuro Marquês de Queluz. Em sua resposta, defende que haja liberdade para o derramamento de capitais na economia brasileira, principalmente naqueles ramos em que nem os países europeus encontravam-se ainda plenamente aperfeiçoados. Porém, em outros setores, em particular o que almejava as riquezas nacionais, deveria dar prioridade aos empreendedores nacionais. Segundo ele, as companhias estrangeiras ao se instalarem no Brasil não fariam proveito dos hábeis oficiais artesãos nacionais, e para não esvaírem seus capitais não irão contratar jornalheiros estrangeiros, empregando, portanto, mão de obra escravizada. É nesse ponto que é construída uma análise sobre o porquê as companhias estrangeiras, e mesmo os nacionais, não utilizariam a população livre do país nesses empreendimentos. Segundo o Visconde de Queluz: “Gente livre do país não sacrificará a esses trabalhos penosos enquanto um tatu, uma paca, um veado, e na beira-mar um par de charéus ou de caranguejos se adquirirem sem trabalho.”<sup>21</sup> A afirmação do Marquês de Queluz ilustra bem o processo de modernização capitalista. Como vimos, a partir de Karl Polanyi, a revolução industrial possibilitou a grande transformação do mundo em um moinho satânico da economia de mercado, onde terra, trabalho e capital se constituíram enquanto mercadoria. O que é ressaltado naquela frase é a ausência de um “mercado de trabalho”, havendo ainda mecanismo para a sobrevivência e subsistência fora dos padrões de mercado.<sup>22</sup> Bom, se esse é o elemento explícito do argumento, o implícito é que esse momento em que a população livre passasse a depender do trabalho para subsistir iria chegar, indicando que os sujeitos da época têm a percepção das contradições da chegada e desenvolvimento da modernidade.

A modernização da primeira metade do século XIX implica em “derramamentos” de capitais; estabelecimentos de companhias mercantis, mineradoras e fabris e a expansão de fábricas e abertura de mercados para esses produtos manufaturados. Mas também significavam, no caso brasileiro/baiano, que esse processo ocorreria tendo como origem fundamental a escravidão, seus limites e possibilidades. Seja o capital estrangeiro até o investimento nacional ou nos diferentes setores da indústria fabril vão ser as relações sociais da escravidão que constituirá os aspectos fundamentais das dinâmicas

---

21 ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 2.

22 POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

econômicas, caracterizando, portanto, o processo industrial na Bahia no oitocentos nos marcos da Indústria Escravista.

## Considerações Finais

A partir desses dados, é possível mapear qual o lugar da Bahia diante do processo industrial que atravessa o Brasil no oitocentos. Em primeiro lugar, vale ressaltar que se trata da identificação e dimensão das dinâmicas da indústria na Bahia que nos permitem enxergar para além das clássicas visões sobre o açúcar e outras commodities. Não apenas isso, mas a participação dessa indústria baiana no mercado internacional e interprovincial demonstra de um lado sua vitalidade e de outro um processo maior de integração dos mercados locais e de longa distância via economias escravistas regionais, como a baiana.

O emprego de trabalho de escravizados nos principais empreendimentos fabris, somado a adoção de máquinas a vapor já na primeira metade do século XIX, são exemplos de como a indústria na Bahia se inseriu em primeiro lugar dentro das dinâmicas da escravidão e em como conjugou a modernidade das máquinas industriais com a escravidão. Mais do que isso, o mapeamento realizado na indústria na Bahia revela uma perspectiva de análise integrada entre os componentes da economia no século XIX e a observação deles a partir da lógica de uma economia escravista. A agroexportação, o mercado interno, a exportação e a indústria estariam envolvidas todas pelas dinâmicas das relações sociais da escravidão.

## Referências bibliográficas

- ALMANAQUE Civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. Edição Fac-similar Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1998
- ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854, 1855, 1857, 1858, 1859, 1860 e 1863.
- ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote e Pacote 2.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim José Rodrigues Torres. Proposta e Relatório do anno de 1850 apresentados a assembléa geral legislativa da terceira sessão e oitava legislatura. 1850
- MOMESSO, Beatriz Piva. Indústria e Trabalho no século XIX: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d' Areia. Niterói. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História UFF. 2007
- MOREIRA, Aline Silvestre. Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na fábrica de pólvora da estrela, serra da estrela/Rio de Janeiro (1831-1870). Campinas. Dissertação de Mestrado. 2005.
- NARDI, Jean Baptist. A (Des)montagem da Indústria brasileira do fumo (1808-1913) – o caso da Bahia. IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas, São Paulo (FEA-USP)/2001.
- NETO, Mario Danieli. Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica São João de Ipanema- Sorocaba (SP) – 1765-1895. Campinas. Tese de Doutorado. 2006
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Campus. 2000.
- PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província João Luis Vieira Cansansão de Sinumbu. 1857
- PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860.
- SANTOS, Silvana Andrade dos. Nestas Costas Tão Largas: O Tráfico Transatlântico de Escravizados e a dinamização de economias regionais no Brasil (1831-1850). Revista de História. São Paulo. n.177. 2018
- SANTOS, Silvana Andrade dos. Tecido pela Escravidão: Tráfico e Indústria na Fábrica têxtil de Todos os Santos (1840-1870). São Paulo. HUCITEC. 2023.
- SINDER, Matheus. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas do Rio de Janeiro (1808-1850). Varginha. ABPHE. XIV Congresso Nacional

de História Econômica e XV Conferência Internacional de História de Empresas. 2021.

SINDER, Matheus. O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Niterói. 2023.

STEIN, Stanley. A Força de Trabalho. In: Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro. Campus. 1979.

**Recebido em 8 de dezembro de 2023**

**Aprovado em 30 de janeiro de 2024**